

## ATLAS TOPONÍMICO: UM ESTUDO DIALETOLÓGICO

*Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (USP)*

### INTRODUÇÃO

O estudo da Toponímia brasileira, como parte aplicada da lingüística geral, envolve, principalmente, e antes de tudo, o reconhecimento dos estratos dialetais que estruturaram, no território, a forma de expressão vernacular. É desse ângulo maior, ou seja, do reconhecimento etnolingüístico das camadas superpostas que se poderá buscar, então, as diversidades gramaticais, semânticas e etnográficas dos registros onomásticos.

A metodologia que propusemos para a interpretação do sistema toponímico do Brasil não difere, assim, em sua base, do estabelecido por Dauzat para a apreensão da nomenclatura geográfica da França. A necessidade de definir os traços das linguagens faladas ao longo dos períodos históricos, cujos vestígios firmavam-se nos topônimos regionais antigos, gerou a chamada toponímia genética ou, como proferimos, a etnotoponímia geral, de índole contrastiva. Às camadas lingüísticas superpostas corresponde todo um procedimento filológico de investigação (intracódigo), que não se esgota nem se encerra na recuperação de um étimo ou na definição de um conceito terminológico. Mesmo que as unidades lexicais toponimizadas, regionalmente, não excedam a poucos exemplos, ou mesmo a um único, ainda assim a(s) forma(s) recuperadas(s) possibilitará(ão) avançar em outras direções (extracódigo), às vezes obscurecidas na aparência formal.

Já afirmamos, em oportunidade anterior, que o topônimo, funcionalmente, apresenta-se com uma dupla marca lingüística, exercendo não apenas um papel sógnico no universo do discurso, mas também o de suporte de identificação: sugere pistas, indica caminhos interpretativos, torna-se evidência de comportamentos extintos, resgate de memórias vivenciadas. Mas quando se diz que o topônimo é identificador de um lugar, ou um signo de referência, nem sempre se está afirmando que a forma lingüística que o reveste é um “nome”, ou a marca de um significado devocional ou comemorativo, de aspectos sociais ou psicológicos, de condutas ou tendências coletivas. Meramente denotativos nesses casos, os topônimos não são símbolos ideológicos ou do imaginário popular, mas apontam direções (“praia do norte”), caminhos físicos (“caminho do tatu”) ou posições situacionais (“rio acima”). São instantâneos, flagram o cotidiano como num flash filmográfico; a mensagem que transmitem codifica-se num enunciado evidente, sem possibilidade de dúvidas ou incertezas. Por isso se tornam arquetípicos, com valores e significação universais, de fácil reversibilidade intercódigos. As

setas direcionais, as figuras representativas dos acidentes do terreno, as legendas dos mapas, são detalhes semióticos, ou “imagens que falam”, porque providas de um sentido, mesmo não-verbalizado. A mera referência sintática do “rio-que-é-grande”, num contexto discursivo, ou da “rua-de-cima” em outro, transformá-los-á em sintagmas performáticos (Rio Grande, Rua de Cima), aptos a se enquadrarem num inventário léxico-onomástico de características variadas. O intérprete-receptor, tornado sujeito do novo ato enunciativo, poderá, nesse momento, alterar o mecanismo criador do primitivo enunciado, tornando-o *nome*, e deslocando-o da base lingüística para a base onomástica, que é também histórica, geográfica, antropológica, social. Cria-se, assim, um novo plano sincrônico, às vezes sintópico, quando distinto da língua standard ou distante da compreensão comum dos falantes. Isso acontece não apenas com as ocorrências da língua materna, mas também com aquelas oriundas dos adstratos, cujos remanescentes foram-se incorporando, paulatinamente, ao código dominante, nele permanecendo como manchas de falares antigos (cf., p. ex., os indigenismos e africanismos na toponímia brasileira, definidos por setores da lexicografia como brasileirismos, principalmente os primeiros).

Qualquer que seja, porém, a filogênese dos topônimos discutidos em uma determinada espacialidade, interpretamos essas unidades vocabulares como “expressões fixas” da língua, aplicando-lhes o mesmo ordenamento dos eixos paradigmático e sintagmático das linguagens. Uma vez fixada a opção do denominador por um ou outro modelo ou classe de palavras, cria-se o sintagma imutável enquanto função de identificação. Os elementos formadores, dispostos, sintaticamente, na seqüência frasal, encadeiam-se como um verdadeiro bloco fechado, monolítico, a que não se pode acrescentar nenhum outro componente gramatical (gênero, número, artigos, p. ex.), sob pena de perda do *status* nominativo validado pela teoria onomástica. As modificações que ocorrem ou quando ocorrem, sucedem-se apenas no plano da fala, de acordo com as combinatórias possíveis permitidas pelo sistema, por interferência da oralidade no enunciado escrito. Diminuições, reduções de palavras, encurtamentos de realização, são fenômenos comuns hoje em dia, no campo toponímico, talvez até por influências psicológicas ou de fenômenos interiores, ou devidas a costumes sociais presentes na antroponímia e repassados aos lugares por força do contato com o mesmo material de estudo (signos lingüísticos, vocábulos ou designativos).

Albert Zuluaga (1975:226) ao conceituar as chamadas “*expresiones fijas*” (EF), explica o seu sentido do seguinte modo: “la estabilidad o petrificación (“Starrheit”) o congelación (“frozenness”) se presenta como el rasgo formal constitutivo de dichas combinaciones y justifica el nombre de E.F.

o unidades de texto repetido”. “Las E.F. non son, pues, producidas en cada acto de habla, sino “reproducidas”, repetidas en bloque. El hablante las aprende y utiliza sin alterarlas ni decomponerlas en sus elementos constituyentes, las repite como se dijeron originariamente”. Apresenta, porém, outras circunstâncias de uso das E.F., que interpretamos como variações da regra definitória. A aplicação do sentido básico dessas expressões aos topônimos, porque o consideramos como “unidades fraseológicas” ou “locuções”, relaciona-se, assim, à idéia central de que a imutabilidade do sintagma denominativo, tal como foi pensado e criado, permitirá a investigação posterior, a partir do primeiro registro cartográfico, e a definição de um eixo axiológico ou valorativo, relativamente à nomenclatura em análise.

Porque são unidades fixas, o falante local, acostumado ao lugar e que apresenta uma relação de intimidade com sua história, poderá repensar uma forma alternativa ou simplificada para o uso do topônimo. Conhecemos, no Brasil, exemplos como Rio, substituindo Rio de Janeiro, B.H. ao invés de Belo Horizonte, JK. para Juscelino Kubitschek (AH MG), ou mesmo Pinda como sucedâneo de Pindamonhangaba, Guará de Guaratinguetá, ou Itaquá como forma abreviada de Itaquaquicetuba, todos em São Paulo. O que é imutável, porém, é o sintagma originário em sua estrutura interior; a forma alternativa é cíclica, pode desaparecer, repentinamente, dando lugar a uma outra, livremente imaginada pelo usuário. Até mesmo o topônimo todo pode desaparecer, sendo substituído por outro apelativo, o que constitui uma hipótese diferente da que estamos discutindo. Como esclarece Zaluaga (id.: 244), porque há fixação é que o espanhol simplifica a idéia contida em “Cría cuervos ernestina cría cuervos, dale de comer al hambriesto para que así te pague deshonra de esta casa”, transformando-a em “Cría cuervos y te sacarán los ojos”. Nesse caso, basta mencionar, expressamente, apenas uma parte “de cada una dellas (E.F.) para evocarlas completamente; ello se debe a la fijación” .

## ATLAS TOPONÍMICO: METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Dentro de uma linha evolutiva dos estudos onomásticos brasileiros, a elaboração de um *atlas toponímico* foi pensada, já há algum tempo, pela disciplina de Toponímia Geral e do Brasil (USP/FFLCH - Área de Línguas Indígenas do Brasil), como um meio de análise das ocorrências gerais da nomenclatura geográfica, do ponto de vista da denominação dos acidentes físicos e antrópicos.

Voltado basicamente para a leitura da cartografia oficial, diferia ( e difere), nesse ponto, dos atlas lingüísticos concebidos como levantamentos das realizações fonológicas do grupo e suas decorrências, em pontos escolhidos como adequados. Um exemplo desse procedimento é o *Atlas of Lake Atitlan Cakchiquel*, Guatemala, com pesquisas de campo realizadas entre 1965 e 1966, objetivando a análise fonológica e lexical das linguagens existentes nas 17 “villages” situadas ao redor do lago. Como disse Sheldon A. Sper (s/loc.,s/d): “For purely dialectological reasons, the lake is interesting because of the diversity of speech patterns in such a small área (the speech of each of the 17 villages being distinct enough to enable a native speaker to easily identify the home village of any other speaker), and because the lake furnishes a special geographical situation of a barrier causing linear communication around the perimeter of the lake”. No atlas toponímico, buscou-se a utilização dos vocábulos da língua e ou dos padrões dialetais ou falares brasílicos reconhecidos e incorporados à toponímia brasileira, tendo como fonte primária os mapas em escala 1:100.000 e 1:50.000; mas as situações geográficas ou ambientais, históricas e sociológicas que conformam as regiões administrativas são também parte integrante do estudo lingüístico porque podem explicar, até com detalhes, as escolhas feitas pelos denominadores, havendo, portanto, nesse item, uma coincidência de propósitos com os atlas das línguas, conforme se depreende da citação transcrita.

Como especificidades ou particularização do conjunto, a pesquisa, iniciada pela análise da nomenclatura dos municípios regionais, completada, a seguir, pelo estudo dos acidentes municipais, objetivou duas linhas básicas: a – influência das línguas em contato no território (fenômenos gramaticais e semânticos), durante o período formativo; b – padrão motivador dos nomes, resultante das diversas tendências étnicas registradas (línguas indígenas, africanas e de imigração).

Um leque amplo de possibilidades colocava-se, portanto, ao pesquisador. O projeto nasceu, porém, menos ambicioso do que se apresenta hoje, em virtude das próprias condições iniciais de realização (1989) e do pequeno número de pesquisadores envolvidos. Ainda hoje, apesar de conhecermos todas as coordenadas desejáveis para uma pesquisa dessa natureza, e estarmos embasados em uma percepção mais sólida da realidade onomástica brasileira, ainda assim, diríamos que se trata de um trabalho bastante difícil em termos de formalização, pela extensão territorial a ser coberta. Daí a providência adotada de se fragmentar, como fizemos, a unidade em parciaisidades administrativas menores, que chamamos de “variantes regionais” do projeto maior (Atlas Toponímico do Brasil – Projeto ATB). Mesmo o Projeto A-TESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo), já em fase conclusiva, e

relacionado ao nosso próprio meio de origem, vem se retardando em alguns pontos pela falta de matrizes cartográficas municipais. Apesar disso, os levantamentos faltantes não deverão modificar a média dos dados já obtidos e as conclusões firmadas relativamente aos principais campos semânticos empregados na nomenclatura. O que pode ser alterado, no conjunto, e por acréscimo, respeita à localização de formas lingüísticas não constatadas em outras cartas, seja do português ou das famílias lingüísticas reconhecidas nos dialetos.

Dentro da metodologia adotada ( DAUZAT, método das áreas), a elaboração dos Atlas Toponímicos estaduais, de que o de São Paulo é o protótipo, operacionaliza-se: 1 – pelo remapeamento da divisão municipal, de acordo com as camadas dialetais presentes na língua padrão (a estratigrafia toponímica, em São Paulo, acusa nomes portugueses, tupis, guaranis, kainganges, africanos e de natureza híbrida, na formação P + I e I + P); 2 – pela distribuição toponímica em categorias taxionômicas (26) ( DICK, 1975/1986), que representam os principais padrões motivadores dos topônimos no Brasil.

No primeiro caso, a identificação lingüística dos nomes dos 573 municípios paulistas gerou uma carta única com as áreas de distribuição identificadas por índices cromáticos. Essas áreas, constituindo blocos distintos dentro da unidade estadual ou intrusões de uns em outros, permitem o reconhecimento da situação etnográfica dos assentamentos indígenas nas zonas de colonização mais antiga do Estado, a sudeste e a sudoeste. À medida que novos municípios foram se instalando na direção nor-noroeste, a tendência resultante foi a constituição de um conjunto cerrado de nomes de origem portuguesa e de topônimos híbridos. É claro, porém, que nem todos os indigenismos presentes no extremo sul paulista vinculam-se diretamente ao denominador originário (falante monolingüe do tupi ou do guarani), devendo ser interpretados como virtualidades lexicais apesar de conferirem à toponímia local o seu traço característico (DICK, 1996: 44).

Na segunda modalidade citada, a aplicação das taxionomias aos nomes dos municípios de São Paulo gerou cerca de 40 cartas individualizadas por categoria, como a dos antropotopônimos, ergotopônimos, animotopônimos, etc.. A mesma metodologia está sendo aplicada às ocorrências intramunicipais, no total de seus acidentes. Para esse estudo, elaborou-se um segundo projeto vinculado ao ATESP, com apoio do CNPq (Elaboração de Banco de Dados Computadorizado, com Sistema de Consulta), cuja primeira etapa foi a padronização de um modelo de fichas lexicográficas com os respectivos campos de pesquisa.

Do exame do material cartográfico recolhido, chegou-se à conclusão de que os modelos toponímicos presentes na nomenclatura dos municípios estão-se mantendo nos acidentes geográficos, em nível qualitativo (DICK, 1997), a saber: a – predomínio, nas categorias de natureza físico-natural, dos semas genéricos relativos à “vegetação”, animais”, “relevo”, “água” e “acidentes hidronímicos”, “pedras” e “natureza do solo”; b – predomínio quantitativo, nas categorias de vinculação antropocultural, dos semas referentes à “religiosidade” (nomes de santos e santas, divinos ou sagrados), “nomes próprios de pessoas”, com ou sem títulos de profissão, nobiliárquicos ou políticos, “índices cromáticos”, por exemplo.

Os demais itens constantes dos objetivos do Projeto ATESP ainda dependem de verificação e reinterpretação, como as formas gráficas adulteradas, dificultando a correta filiação, incidência areal dos morfemas gramaticais e lexicais tupis, regionalização das matrizes lexicais em termos de produtividade e frequência, substituição de nomes, cronologia dos municípios, entre outros. Mesmo no uso dos formantes sintagmáticos, há variação de emprego, ainda que as fronteiras políticas e lingüísticas nem sempre coincidam. Dentro da mesma unidade geográfica, é possível que as diferenças de linguagem, em nível de fala, não sejam relevantes do ponto de vista onomástico. Relativamente, porém, aos acidentes antrópicos, os aglomerados das metrópoles ou das cidades maiores traduzem uma autodefinição que não se coaduna com os núcleos periféricos das vilas e povoados mediterrâneos; isto porque, como afirmamos anteriormente, o recorte antropocultural no espaço urbano apresenta uma evolução lingüística mais rápida que aquela do espaço físico (hidronímia e oronímia), com seu quadro de acidentes estabilizado. No mundo rural, configuram-se mais espaços vazios que adensamento populacional, ao contrário das cidades, garantindo pouca mudança quanto ao que já foi construído. Nas cidades, chácaras, sítios, granjas, quintas, já se definem como bairros, incorporando por isso o elemento genérico ao específico, e acarretando o aparecimento de um sintagma composto (p.ex., Chácara Santo Antônio, bairro). A perda de sentido do termo genérico, que não traz mais relação com o significado de origem, aumenta a produção lexical desses acidentes. Do mesmo modo, o sistema de moradia também vem acusando, com a introdução de novas construções, a vulgarização dos termos definidores: conjuntos, conjuntos habitacionais e/ou residenciais, Cohabs, condomínios, condomínios fechados, condomínios residenciais, residences, flats, lofts. Essas edificações, antes horizontais, de pequena metragem e com acabamento padronizado, deram origem a outras, verticais, seis pavimentos no máximo, com blocos contíguos, coloridos, redesenhados para se distinguirem de outros modelos conhecidos. O nome que ostentam – Cingapura –

receberam-no de fora, mas acabaram por transformá-lo em termo genérico de uma nova realidade ou protótipo de uma tipologia; perderam o *status* de elementos específicos do sintagma porque definem uma posição espacial, visível nos componentes circunstanciais acrescidos: Cingapura da (via) Raposo Tavares, Cingapura do Bairro do Limão, etc. Por enquanto traduzem *marcas coronímicas* da cidade de São Paulo, opondo estilos de vida dentro de uma mesma modalidade de moradia, em substituição às antigas favelas, pelo menos utopicamente.

Dentro desse item (coronímia urbana), comparando-se a malha viária da cidade de Belém (PA) com outras capitais, como São Paulo e Rio, nota-se, em contraste ao que se mencionou, a permanência de antigos designativos geográficos incorporados à configuração urbana atual. Permanecem os *conjuntos* como topônimos de aglomerados ou bairros, sem o qualificativo habitacional, como ocorre em Conjunto Pedro Teixeira, Las Palmas, Europa, Benjamin Sodré, Guanumbi, Guaruna, Nova República, apenas para citar os que se posicionam a nordeste da capital. A exceção fica por conta do Conjunto *Residencial* Nova Marambaia. A distribuição das vias públicas continua empregando os tradicionais vocábulos *travessa* e *passagem*, preferencialmente ao genérico *rua*. Pela sinalização do mapa, ambos os acidentes posicionam-se como vias intermediárias ou de ligação entre dois outros traçados principais, mas não podem ser considerados como caminhos sem saída, à maneira dos *becos* paulistanos, que vedavam a circulação dos moradores, no quinhentismo e seiscentismo. A luz dos conceitos toponímicos que adotamos, constitui as travessas e passagens um traço característico da paisagem de Belém e demanda maior estudo, até contrastivo. *Igarapés e estradas*, por outro lado, ainda não foram suprimidos dos mapas como índices referenciais urbanos, significando a permanência ou o aproveitamento do ambiente na urbanização do espaço. Das vias circulares do entorno da cidade, definidas, preferencialmente, como *avenidas* e com trechos identificados por nomes próprios distintos, apenas em pontos limítrofes, a sudeste, junto ao campus universitário e à divisa com o município de Ananindeua e do lado do rio Guamá, é que Belém paga tributo à modernidade, introduzindo o topônimo Avenida Perimetral, bastante comum em acidentes que exercem tal condição.

Comparando-se o mesmo esquema urbano com o do Rio e de São Paulo, nota-se que este mantém suas *Avenidas Marginais*, de origem não muito recente, para alimentar e realimentar o fluxo rodoviário. Entretanto, o Rio, ao lado da Avenida Brasil, que exerce essa função distribuidora do trânsito, introduziu junto à ela uma nova modalidade de circulação, denominada “linha vermelha”, hoje toponimizada na fala popular e nas cartas geo-

gráficas. A unidade léxica tornada “expressão fixa” comprova, contemporaneamente, o que já denominamos de *toponimização* do acidente sempre que este, pela sua expressividade ou singularidade ambiental, dispense o uso de um designativo particular. Os morros do Rio e os igarapés de Belém podem ser considerados também como marcas de intrusão do meio físico no organismo das cidades, diferentemente do que ocorre em São Paulo, e apontam para uma perspectiva diferenciada da historiografia do povoamento e da própria competência linguística dos falantes locais.

## CONCLUSÃO

Como se depreende das considerações expendidas, o Projeto ATESP, em execução, é, na realidade, um conglomerado de diversas outras linhas de pesquisa, que não se esgotam nas constatações dialetológicas levadas a efeito. Dizer que uma determinada matriz lexical do português é a mais frequente, em termos de produção, ou que a toponímia paulista ou brasileira ainda conserva registros de linguagens extintas, de forte presença nos primeiros séculos da colonização, é pouco, diante dos resultados maiores que se pode obter do material coletado. O estudo do atlas permitiu, principalmente, que se repensasse a Toponímia como uma disciplina lingüística, de fundamentação léxico-terminológica e não apenas etimológica. Permitiu também que se refletisse sobre a conveniência de se definir, como fizemos, a construção do texto onomástico que, para nós, surge da articulação dos enunciados toponímicos, necessariamente não aleatórios, mas vinculados a um tempo de enunciação e a um denominador histórico.

## BIBLIOGRAFIA

- DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux*. Paris : Delagrave, 1939.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas Toponímico: Um estudo de caso. *Acta Semiotica et Linguistica*. São Paulo : SBPL/Plêiade, 1996, v. 6, p. 27-44.
- . O léxico toponímico: marcadores e recorrências lingüísticas (Um estudo de caso: a toponímia do Maranhão). *Revista Brasileira de Linguística*. São Paulo : SBPL/Plêiade, 1995, v. 8, fasc. 1, p. 59-67.
- . O problema das taxionomias toponímicas. Uma contribuição metodológica. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo : FFLCH, 1990, p. 23-34.



- . *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo. 1554-1897*. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo : Annablume, julho 1997.
- . Atlas Toponímicos: Perspectivas e Desenvolvimento. II Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul - CELSUL. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.(Comunicação).
- SPER, Sheldon A. Results of dialectological research for na Atlas of Lake Atitlan Cakchiquel. [s. n. e.].
- ZULUAGA, Albert. La fijación fraseológica. *Thesaurus*. Bogotá, 1975: 225-248.